

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 18/09/2018

- [Comarca de Petrolina adere ao Programa Acolher](#)
- [TJPE presente na 12ª Primavera dos Museus em Pernambuco](#)
- [Toffoli reafirma compromisso em defesa da criança e do adolescente](#)
- [Menino de 9 anos se recusa a roubar e é expulso de casa pela mãe](#)
- [Presidente do STF participa de seminário sobre primeira infância e destaca importância do afeto como direito fundamental](#)

Assunto: Comarca de Petrolina adere ao Programa Acolher

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 18/09/2018



A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (CIJ/TJPE) promove em Petrolina o Seminário Regional do Programa Acolher na quarta-feira (19/9). O evento marca a adesão do município ao programa. O acolher consiste na implantação e uniformização da execução de serviços jurisdicionais e assistência a mulheres que expressem o desejo de entregar a criança à adoção. A atuação ocorre a partir de três principais diretrizes estratégicas: qualificação profissional, atendimento às mulheres e articulação dos serviços.

No período da manhã, das 8h às 12h, o evento será promovido no Auditório Azul, do Fórum Dr. Manoel Souza Filho, exclusivamente para representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. À tarde, das 13h30 às 16h30, o seminário será realizado no auditório da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (Facape) e direcionado aos integrantes da Rede de Proteção, de Assistência Social e da Saúde, da 18ª Circunscrição Judiciária. Integram a 18ª Circunscrição Judiciária as comarcas de Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista.

Segundo a psicóloga da Vara da Infância e Juventude de Petrolina, Andréa de Gois Alcântara, a assistência judicial às mulheres que manifestam o interesse em entregar o filho à adoção é uma determinação legal e a equipe técnica da unidade judiciária já desenvolve esse trabalho, realizando orientações em alguns serviços locais de assistência às mulheres, como maternidades.

“Com o seminário promovido na Comarca de Petrolina e a adesão ao programa Acolher, o diferencial que vai existir é a unificação dos procedimentos jurisdicionais para promover a celeridade processual e principalmente dar suporte ao comitê gestor do programa e grupo de trabalho, ambos da Coordenadoria da Infância e Juventude, tanto na atuação da equipe técnica como no planejamento e execução de diretrizes destinados à assistência jurisdicional e

assistência a mulheres que expressem o interesse em entregar a criança à adoção”, observou a psicóloga.

Serviço:

Evento: Seminário Regional do Programa Acolher

Locais: Auditório Azul, do Fórum Dr. Manoel Souza Filho, na Praça Santos Dumont, s/n, Centro de Petrolina

Auditório da Faculdade de Ciências Sociais Aplicada e Sociais de Petrolina, no Campus Universitário, s/n - Vila Eduardo, Petrolina - PE

Período: Das 8h às 12h

Das 13h30 às 16h30

Assunto: TJPE presente na 12ª Primavera dos Museus em Pernambuco

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 18/09/2018



O Memorial da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) prepara-se para participar da iniciativa cultural 12ª Primavera dos Museus, que tem como tema, neste ano, “Celebrando a educação em museus”. A ação, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em todo o território nacional, acontece de 17 a 23 de setembro.

Na quinta-feira (20/9), o Memorial da Justiça do TJPE prepara-se para receber a visita de representantes de memoriais do Ministério Público do Brasil. A visita acontece das 14h às 18h e faz parte do IX Encontro Nacional de Memoriais do Ministério Público, evento que, por sua vez, está incluído no rol de programações da 12ª Primavera dos Museus.

Na ocasião, a chefe do Memorial do TJPE, a historiadora Mônica Pádua, e sua equipe, irão falar sobre a conservação e reparos de documentos; a catalogação e digitalização de documentos históricos do Judiciário estadual; e sobre como é a vivência em um museu que preza pela acessibilidade.

Já na sexta-feira (21/9), a partir das 9h, Mônica Pádua vai representar o Judiciário estadual apresentando a palestra “A experiência de acessibilidade do Memorial do TJPE”, em evento do Tribunal Regional do Trabalho a 6ª Região (TRT-PE), ainda em virtude da Primavera dos Museus. A palestra da historiadora fará parte de um ciclo que também vai abranger debates, apresentações e lançamentos de livros na sede do Memorial da Justiça do Trabalho, na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, 3510, bairro Boa Viagem, no Recife (PE).

“Na minha palestra, pretendo descrever os projetos que já implementamos no Memorial e aqueles que estamos elaborando para o futuro, a fim de compartilhar com o público a experiência do Memorial e ouvir das pessoas sugestões que possam nos levar a ações cada vez mais inclusivas”, afirma a servidora Mônica Pádua, que também é secretária da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TJPE

Acessibilidade e inclusão

Há aproximadamente quatro anos, a equipe do Memorial da Justiça vem se capacitando para atender às pessoas com deficiência que procuram o museu, bem como o arquivo e a biblioteca. Para que isso seja possível, além da capacitação, a equipe desenvolve projetos para adequar o

equipamento cultural e a apresentação dos seus conteúdos, de modo a permitir que as pessoas com deficiência sejam incluídas.

Um exemplo é o projeto “Do Concreto ao Sensorial”, incentivado pelo Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura PE) e elaborado pela Tangram Cultural, que construiu um mapa e duas maquetes táteis do prédio do Memorial, bem como viabilizou a impressão de material de divulgação em Braille. O objetivo é de incluir pessoas cegas, com baixa visão, bem como aquelas com Transtorno do Espectro do Autismo, no ambiente do museu do TJPE.

Outro programa, também incentivado pelo Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura PE) e elaborado pela Tangram Cultural, é o Memorial Digital, uma pesquisa para preservação e difusão do conteúdo do patrimônio histórico documental do Memorial da Justiça de Pernambuco. Na primeira etapa, o projeto disponibiliza inventário online, em Excel, imagem e conteúdo de 500 processos judiciais criminais do período imperial brasileiro, entre os anos de 1822 e 1889.

Serviço – Visita ao Memorial da Justiça do TJPE

Endereço: Avenida Alfredo Lisboa, s/n, bairro do Brum, Recife (PE). O Memorial localiza-se no prédio histórico onde funcionou a Estação Ferroviária do Brum, ao lado da entrada industrial da Fábrica Pilar.

Atendimento ao público: de segunda a sexta-feira.

Pesquisa: das 13h às 18h.

Visitação: das 13h às 17h.

Horários especiais para grupos devem ser agendados previamente pelo telefone (81) 3181-9445 ou pelo e-mail memorial.educativo@tjpe.jus.br.

Telefone: (81) 3181-9440.

Endereço eletrônico: memojust@tjpe.jus.br

Assunto: Toffoli reafirma compromisso em defesa da criança e do adolescente

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 18/09/2018



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, reafirmou nesta terça-feira (18) o compromisso feito em seu discurso de posse como presidente da Corte, de dar prioridade à defesa da criança e do adolescente. “Precisamos fazer um grande trabalho conjunto com o Ministério Público, com a Escola da Magistratura, com as Associações de Magistrados e do Ministério Público para engajar culturalmente os agentes do poder do sistema judicial nessa prioridade estabelecida no Art. 227 da Constituição, que estabelece como nosso poder, absoluta prioridade no que diz respeito a criança e ao adolescente”, ressaltou ao participar da abertura do seminário Justiça Começa na Infância: a Era dos Direitos Positivos, em Brasília.

Segundo o Art 227 da Constituição é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge; ministro da Justiça, Torquato Jardim, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, na abertura do seminário Justiça Começa na Infância

O presidente do STF também destacou a importância da comunicação. "Precisamos trabalhar em campanhas públicas de educação dos pais, da comunidade. Muito mais que criar leis para penalizar, nós temos que informar, formar e educar. Temos que nos organizar no sentido de, junto com os meios de comunicação, produzirmos peças educativas para a sociedade brasileira sobre o significado do Artigo 227 da Constituição", sugeriu.

Seminário

O seminário, promovido por organizações da sociedade civil que atuam em defesa da garantia e proteção dos direitos das crianças, e associações ligadas ao judiciário brasileiro, pretende dar visibilidade ao Marco Legal da Primeira Infância, além de pensar em soluções e qualificar o papel de instituições e profissionais do sistema de Justiça, de todo o país, sobre a urgência de promover e garantir o cumprimento dos direitos das crianças, especialmente daquelas na primeira infância.

Segundo os organizadores, essa é a primeira vez que estarão reunidos representantes dos vários segmentos do sistema de Justiça brasileiro interessados na efetivação dos direitos positivos representados pelo avanço da doutrina de proteção integral para a noção de promoção do desenvolvimento integral na infância, considerando as novas descobertas científicas nessa área.

Serão discutidos os avanços do Artigo 227 da Constituição Federal e os desafios para a implementação da regra da prioridade absoluta; as mudanças necessárias – desde a formação acadêmica até a atuação profissional – para tornar processos e infraestrutura sensíveis às necessidades das crianças; as medidas essenciais para cumprir o Marco Legal da Primeira Infância no caso de adolescentes grávidas privadas de liberdade, mulheres gestantes ou com filhos de até doze anos em cárcere, assim como para o respeito ao direito da criança à convivência familiar e comunitária.

Também participaram da abertura do seminário o ministro da Justiça, Torquato Jardim, além de presidentes de tribunais superiores e da procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

Assunto: Menino de 9 anos se recusa a roubar e é expulso de casa pela mãe
--

Fonte: Diário de PE

Data: 18/09/2018



A Polícia Militar resgatou um menino de 9 anos que estava dormindo em uma praça, no quadradão da QNP 11, em Ceilândia, Distrito Federal, por volta das 21h desse domingo (16). Os policiais chegaram até o endereço após o garoto ter sido encontrado por testemunhas, que acionaram a equipe. Segundo a comunicação da PM, a criança teria sido expulsa de casa pela mãe há duas noites por se recusar a roubar.

O menino teria dito aos PMs que mora com a mãe e com o padrasto, que seriam alcoólatras, e que ele é espancado constantemente pelo casal. Ele teria dito, ainda, que um dos motivos da mãe agredi-lo é que ela o obrigaria a roubar residências. Como ele se nega, apanha e é colocado para fora de casa. Ainda segundo a corporação, o garoto disse, também, que tem duas irmãs, mas que nenhuma quer ficar com ele.

Segundo a PM, o Conselho Tutelar foi acionado e levou o garoto para a casa de uma das irmãs. Esta segunda (17), uma conselheira ficou de buscá-lo para que ele seja acolhido segundo os procedimentos do órgão.

A PM não chegou a ir na casa dos pais do garoto, pois, segundo a equipe que atendeu a ocorrência, o garoto não soube explicar o endereço. Os agentes foram informados pelo Conselho Tutelar que a mãe da criança já é conhecida e que ela já havia perdido a guarda de outros três filhos por negligência e maus tratos.

Assunto: Presidente do STF participa de seminário sobre primeira infância e destaca importância do afeto como direito fundamental

Fonte: STF

Data: 18/09/2018



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, participou hoje (18) da abertura do Seminário “Justiça Começa na Infância: a Era dos Direitos Positivos”, no Ministério da Justiça. Em sua fala, o ministro destacou que só o afeto e a atenção às crianças podem evitar traumas, frustrações e problemas futuros que possam comprometer seu desenvolvimento como cidadãos. “A segurança pública começa na primeira infância”, afirmou. O ministro disse ainda que é preciso reconhecer o trabalho desenvolvido pelo Congresso Nacional na defesa dos direitos das crianças e adolescentes.



O artigo 227 da Constituição Federal aponta como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Mais tarde foi editado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, mais recentemente, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016). Para o presidente do STF, a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes passa pela participação dos agentes de Estado e também da sociedade civil na efetivação de seus direitos. “Não podemos, única e exclusivamente, esperar tudo do Estado, de braços

cruzados. A participação, a energia e a atividade da sociedade como um todo são fundamentais”, asseverou.

Segundo o ministro, o direito fundamental da criança na primeira infância é o direito ao amor e ao afeto. “A criança deve ser olhada pelo sistema de Justiça e pelo Poder Judiciário como uma sujeita de direitos, um cidadão digno e uma pessoa humana, que merece toda a atenção porque

ainda está em formação”, afirmou. O ministro Toffoli reafirmou o compromisso de, à frente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dar absoluta prioridade à defesa da criança e do adolescente, para dar efetividade ao artigo 227 da Constituição Federal.

Toffoli ressaltou a importância de campanhas educativas dirigidas aos pais e à comunidade, como forma fazer com que o artigo 227 da Constituição seja entendido não somente como dever de Estado, mas de todos os brasileiros. O presidente do STF compôs a mesa de abertura do seminário, ao lado do ministro da Justiça, Torquato Jardim; da procuradora-geral da República, Raquel Dodge; dos presidentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, e do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Batista Brito Pereira; do defensor público-geral da União, Jair Soares Júnior, entre outras autoridades.